



Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC
Curso de Direito
Trabalho de Conclusão de Curso

Contribuição sindical: obrigatoriedade x facultatividade

Gama-DF
2023

DANIEL CASSIO SAMPAIO RODRIGUES

Contribuição sindical: obrigatoriedade x facultatividade

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Direito do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientador (a): Profa. Risoleide de Souza Nascimento

Gama-DF
2023

R696c

Rodrigues, Daniel Cássio Sampaio.

Contribuição sindical: obrigatoriedade x facultatividade / Daniel Cássio Sampaio Rodrigues. – 2023.

49 p.

Orientador: Profa. Me. Risleide De Souza Nascimento.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC, Curso de Direito, Gama-DF, 2023.

1. Contribuição. 2. Obrigatoriedade. 3. Facultatividade. I. Nascimento, Risleide De Souza. II. Título.

CDU: 34

DANIEL CASSIO SAMPAIO RODRIGUES

Contribuição sindical: obrigatoriedade x facultatividade

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Direito do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientador (a): Profa. Risoleide De Souza Nascimento

Gama, 27 de julho de 2023.

Banca Examinadora

Risoleide De Souza Nascimento

Prof. Nome completo
Orientador

Edilson Enedino Das Chagas

Prof. Nome completo
Examinador

Caroline Lima Ferraz

Prof. Nome Completo
Examinador

Dedico este trabalho a Deus e Família por todo amor, confiança e apoio em toda a minha vida. Tudo o que fizeram foram alicerce para hoje eu estar onde estou, vivenciando essa boa sensação de finalizar este curso.

Dedico, também, a todos os mestres, colegas e profissionais que estiveram comigo durante a realização deste curso e que puderem, cada um à sua maneira, me ensinar. Gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois foi Ele quem permitiu que eu chegasse até aqui, visto que ao longo da minha vida passei por muitas situações nas quais pensei que talvez não chegaria muito longe.

Agradeço, também, a minha mãe, Marlene Ferreira, que sempre me ensinou a ser uma pessoa correta e a conquistar tudo honestamente; minha esposa, Ana Carolina, que sempre esteve ao meu lado e me motivou bastante a nunca desistir deste curso; meu filho, Matheus Rodrigues, uma dádiva de Deus que veio logo quando iniciei a faculdade e me motivou mais ainda; meus sogros, Antônio Batista e Maria de Lourdes, que foram os primeiros a me incentivarem a fazer um curso superior e sempre me apoiaram de todos os modos; e meu pai Mário Miranda (in memoriam).

Agradeço à Instituição que, com excelência, prestou todo apoio necessário para o bom andamento do curso, desde Recepção à Diretoria; aos Mestres que, com paciência, humildade e profissionalismo, buscaram transmitir o conhecimento que detêm, por vezes incentivando quando parecia impossível compreender a teoria.

Agradeço ao Prof. Risoleide De Souza Nascimento que me auxiliou e orientou neste trabalho, tornando possível a conclusão deste curso e o tão sonhado Diploma superior além do reconhecimento de mais uma conquista.

RESUMO

O objetivo principal deste artigo foi analisar a não obrigatoriedade do pagamento sindical no ordenamento jurídico brasileiro. Durante as décadas de 1920 e 1930, houve um aumento significativo na organização sindical no Brasil. A partir de 1930, o Estado passou a ter uma atuação mais ativa na organização do movimento sindical, criando leis trabalhistas e estabelecendo a estrutura sindical que vigorou por décadas. Com a redemocratização do país na década de 1980, o sindicalismo brasileiro passou por uma transformação. Face às necessidades de adaptações decorrentes de mudanças e modificações causadas pela evolução do processo histórico, há também uma demanda pelo avanço das Leis e suas interpretações. Na seara do direito trabalhista, as alterações e as flexibilizações são extremamente necessárias, devendo, contudo, ao serem promovidas, respeitar as conquistas sociais da classe trabalhadora. Para a elaboração de um estudo qualitativo da pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre sindicalismo, Direito Trabalhista e o Direito Coletivo brasileiro considerando as normativas e orientações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assim como, do Direito Internacional, cujos materiais foram coletados por do Método Prisma e analisados os acontecimentos históricos, fazendo, dessa forma, apurada análise sobre os principais conceitos e aplicabilidade dos referidos dentro do ordenamento jurídico pátrio, bem como, foi realizado levantamento de obras literárias que discorressem sobre o tema proposto dentro da perspectiva de doutrinadores e teóricos como Hannah Arendt, Avelino, Aylon, Barbieri, Portela, Beckmann, Gomes, Nascimento, Távora, Tesolin dentre outros renomados estudiosos através dos sites Scielo, Scientific Electronic, Library, Conjur, Conpedi, STF dentre outros. Buscou-se compreender a discussão sobre a obrigatoriedade do pagamento sindical, os benefícios e prejuízos disto para o sindicalizado. Concluiu-se que a facultatividade da contribuição sindical está em consonância com o princípio da liberdade sindical determinada na legislação vigente brasileira.

Palavras-chave: Direito trabalhista; Direito coletivo; Sindicalismo; Contribuição sindical. Ordenamento jurídico.

ABSTRACT

The main objective of this article was to analyze the non-mandatory nature of union payments in the Brazilian legal system. During the 1920s and 1930s, there was a significant increase in union organizing in Brazil. From 1930 onwards, the State began to play a more active role in organizing the union movement, creating labor laws and establishing the union structure that prevailed for decades. With the redemocratization of the country in the 1980s, Brazilian trade unionism underwent a transformation. Faced with the need for adaptations resulting from changes and modifications caused by the evolution of the historical process, there is also a demand for the advancement of Laws and their interpretations. In the area of labor law, changes and flexibility are extremely necessary, however, when promoted, they must respect the social achievements of the working class. For the preparation of a qualitative study of the research, a bibliographical review was carried out on trade unionism, Labor Law and Brazilian Collective Law, considering the norms and guidelines of the International Labor Organization (ILO), as well as of International Law, whose materials were collected by the Prisma Method and analyzed the historical events, making, in this way, an accurate analysis of the main concepts and applicability of those referred within the national legal system, as well as, a survey of literary works was carried out that discussed the proposed theme within the perspective of doctrinaires and theorists such as Hannah Arendt, Avelino, Aylon, Barbieri, Portela, Beckmann, Gomes, Nascimento, Távora, Tesolin among other renowned scholars through the websites Scielo, Scientific Electronic, Library, Conjur, Conpedi, STF among others. We sought to understand the discussion about the mandatory union payment, the benefits and losses of this for the union member. It was concluded that the optionality of the union contribution is in line with the principle of freedom of association determined in the current Brazilian legislation.

Keywords: Labor law; Collective right; Unionism; Union contribution. Legal order.